

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

ROSANA PAULO DA CUNHA

A MULHER IDOSA NO BRASIL: percepções e expectativas de boas práticas na promoção do bem estar promovidas pelo SESC em São Paulo.

São Paulo

2015

A MULHER IDOSA NO BRASIL: percepções e expectativas de boas práticas na promoção do bem estar promovidas pelo SESC em São Paulo.

Artigo apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas.

Campo de Conhecimento: Gestão e Políticas Públicas

Data de aprovação:

__/__/____

Profa. Dra. Marta Ferreira Santos Farah
(orientadora)

FGV-EAESP

RESUMO

No presente artigo serão apresentados os dados obtidos nas pesquisas sobre a atual situação do idoso no país, desde o perfil sociodemográfico, a percepção que se tem da 3ª idade, questões referentes ao acesso à educação e informação, o uso do tempo livre, as relações familiares e sobre quais as políticas públicas existentes que auxiliam o desenvolvimento de estudos e ações para o envelhecimento ativo.

Nessa perspectiva, será trazida a experiência do Serviço Social do Comércio, SESC, uma instituição privada sem fins lucrativos, em São Paulo, que por meio de suas ações tem colaborado para a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos idosos, bem como da organização social dos idosos e a consequente participação na busca de soluções e elaboração de novas parcerias.

Palavras-chave: idoso, mulher, política, privado, parceria.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) o envelhecimento populacional no período de 1970 a 2000 em países desenvolvidos foi de 54%, enquanto que em países em desenvolvimento aumentou 123%. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-2006), o número de pessoas com mais de 60 anos chegou aos 19 milhões correspondendo a 10,2% do total da população. Neste universo as mulheres correspondem a mais da metade (56%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2007).

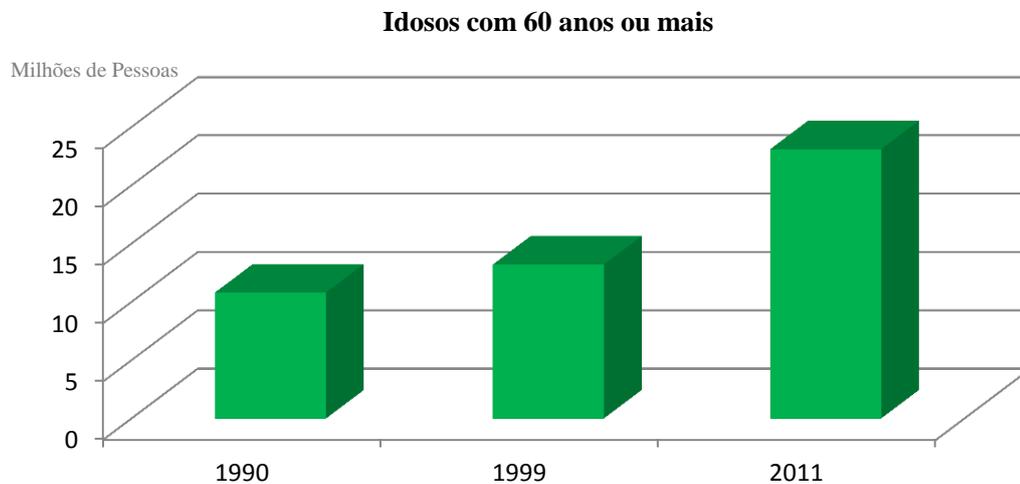
Dados retratados em estudo elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República revelam que uma em cada nove pessoas no mundo tem 60 anos ou mais. Para 2050, a estimativa é que esse número se eleve para uma em cada cinco pessoas. O estudo aponta que em 2050, pela primeira vez, haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos. Em 2012, 810 milhões de pessoas no mundo tinham 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global. Projeta-se que esse número alcance um bilhão em menos de dez anos e mais que duplique em 2050, alcançando dois bilhões de pessoas, o que corresponderá a 22% vinte e dois por cento da população global (BRASIL, 2012).

A região Sul concentra a segunda maior participação de idosos de 60 anos ou mais na contagem nacional, apresentando 10,4% do total de idosos. Conforme projeções estatísticas da Organização Mundial de Saúde, no período que vai de 1950 a 2025, a população de idosos no Brasil crescerá aproximadamente 15 vezes contra cinco vezes da população total, chegando ao número de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, constituindo-se então, na sexta maior população de idosos do mundo (Silvestre, Kalache, Ramos & Veras, 1996).

Esse crescimento é fortemente influenciado pela diminuição da taxa de fecundidade, a redução da mortalidade e ao mesmo tempo a esperança de vida ao nascer (Beltrão & Camarano, 1997).

Nessa direção, o Brasil passará ainda por novas mudanças significativas em sua situação demográfica. De acordo com levantamento feito por *Pew Reserch Center* (2014) dos Estados Unidos, com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2050, o Brasil terá 22,5% de idosos, o que o coloca em posição de comparação a países desenvolvidos como Japão, Alemanha e Itália atualmente.

Gráfico um



Fonte: Elaboração própria. Adaptado do relatório Envelhecimento no Brasil. IBGE / PNAD – 1999 e 2011.

Este quadro crescente dessa população demanda ao Estado a preparação para atendimento as questões dos idosos por meio de políticas públicas de forma urgente.

Além do aumento do número de idosos, a expansão do estudo da gerontologia e geriatria, bem como o advento da aposentaria contribuíram para que o tema fosse objeto de gestão pública (Correa 2007, p. 33). Em razão do aumento das demandas nos estudos sobre o idoso, em 2004 foi criado o primeiro curso de graduação em Gerontologia, na Universidade de São Paulo, na USP Leste.

Por muito tempo, a velhice foi considerada como objeto da esfera privada e familiar. Cabia aos parentes e familiares ou à iniciativa de associações filantrópicas cuidarem de seus idosos. Com a constituição de um saber específico, por meio da gerontologia e da geriatria, e com o advento da aposentadoria sob-responsabilidade do estado, a velhice passa a ocupar o lugar de objeto de gestão pública (Correa, 2007, p. 33).

Conforme estudos realizados na década de 70 por Siqueira, Botelho e Coelho (2002) foram evidenciados quatro pontos importantes relacionados à condição do idoso: onde a velhice é sinônima de doença, do local do idoso na cadeia produtiva, do idoso na família e por fim a velhice como um fenômeno natural da vida humana.

Neste contexto, o estudo sobre o envelhecimento, torna-se muito importante, em especial para a colaboração na formulação de políticas públicas, considerando que as

populações envelhecidas são recentes na evolução humana (Neri&Calchioni, 1999). Neste sentido, a gerontologia, estudo sobre o envelhecimento, é uma ciência recente, sendo que há muito ainda para se entender sobre o assunto. (Baltes, 1995).

A feminização da velhice¹ tem sido um dos fatores nos estudos sobre envelhecimento com maior importância, sendo que segundo no Censo Demográfico de 2000, 55% do contingente da população brasileira maior de sessenta anos era composto por mulheres. Entre as maiores de 80 anos, essa proporção sobe para 60, 1%.

A idade e o gênero sexual são dois dos principais fatores apontados pelos demógrafos ao estabelecerem as diferenças, segundo Salgado (2002).

Conforme Salgado (2002), um estudo sobre as diferenças de autoconceito e bem estar psicológico em relação ao gênero em um grupo de velhas norte-americanas, realizado por Pinguart e Sorensen (2001), evidenciou cinco razões pelas quais as mulheres teriam um bem-estar menor:

“Em primeiro lugar, a desvantagem quanto a recursos de saúde (alta taxa de morbidade, necessidade de maior cuidado da saúde na velhice). Em segundo lugar, a maior possibilidade de enviuvar antes do que o homem (nos Estados Unidos essa possibilidade é três vezes maior para a mulher). Em terceiro lugar, a mulher idosa tem, em média, menos recursos materiais do que o homem (história de trabalho instável, menor aposentadoria e maior pobreza).”

Em quarto lugar os autores consideram que as mulheres idosas mostram sentimentos negativos mais frequentemente do que os homens. Finalmente, na medida em que aumenta a idade, a mulher é considerada menos atrativa e, portanto, desvalorizada (enquanto que o homem ganha prestígio com a idade), o que a leva a uma menor autoestima.

Simone de Beauvoir, no livro *A Velhice*, lida de uma forma realista sobre a velhice, assinalando:

“[.. .] a velhice não é uma conclusão necessária da existência humana, apesar de que é uma verdade empírica e universal que a partir de certo número de anos o organismo humano sofre uma regressão. Ao final de certo tempo acarreta uma redução das atividades do sujeito, muitas vezes uma mudança de sua atitude em relação a si mesmo e em relação ao mundo.”
(BEAUVOIR, 1990)

¹ Vide Goldani (1999) e Peixoto (1997), entre outros.

A adaptação ao processo de envelhecimento traz dificuldades, sendo esse processo também uma luta individual, que depende de diversos fatores no entorno do idoso.

As mulheres, embora tenham o histórico de maior vulnerabilidade e dependência, em especial do ponto de vista econômico, tem se transformado nos últimos anos. O debate em torno da cidadania ganhou força a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, porém, dadas as contradições da sociedade brasileira, o avanço foi demorado, conforme Viana (2013).

Conforme Osterne e Peixoto (2012, p.49), “ uma das características da cidadania no Brasil é a forte relação com o trabalho. Ser cidadão/ã significava estar diretamente vinculado/a condição de trabalhador/a, inserido/a numa lógica contratual corporativa”. Situação essa que ainda se mostra deficitária, ou no mínimo, desigual em relação ao homem.

No Brasil, conforme Viana (2013), é a partir de 1980 que o debate da responsabilização do Estado pela implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero, com a proposição de estruturas no âmbito do Executivo, como foi a criação do Conselho da Mulher, faltando ainda o incentivo a órgãos com caráter executor nos diferentes níveis de governo.

Somente em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), instalada no gabinete da presidência com *status* de ministério e vinculada ao Ministério da Justiça. No campo dos direitos humanos, a criação da Lei Maria da Penha em 2006, foi um dos avanços mais extraordinários do Brasil nos últimos tempos. A criação da lei obrigou o poder público a instalar mecanismos de segurança e justiça especializados em violência doméstica — delegacias, defensorias públicas, promotorias e tribunais.

Em 1975, deu-se a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) para que fossem tratadas as questões relacionadas à saúde, renda e prevenção do asilamento. Em 1976, foi instituído o primeiro documento “Diretrizes para uma Política Nacional para a Terceira Idade”, que continha normas para uma política social destinada à população idosa (Carvalho, 2011).

Ao observarmos o recente histórico das políticas voltadas ao idoso no Brasil, verifica-se uma atenção a esse segmento, instituída com a Política Nacional do Idoso (PNI) em 1994, e sua regulamentação em 1996, que reafirmou o contido na Lei Orgânica da Saúde (1990) assegurando os direitos sociais à pessoa idosa, bem como o direito à saúde. Outro marcos legais, no que tange ao reconhecimento por parte do Estado ao idoso, é a Previdência, como salientado, o Estatuto do Idoso, de 2003 – importante marco legal –, e a Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), de 2006.

O Estatuto do Idoso representa o maior dos avanços, na medida em que, em uma única e ampla peça legal, incorpora muitas das leis e políticas previamente aprovadas e abriga novos elementos e enfoques, dando um novo tratamento integral ao estabelecimento de medidas que visam proporcionar o bem-estar dos idosos, inclusive apresentando uma perspectiva de longo prazo. Constitui, ainda, um reconhecimento por parte do Estado de que o grupo etário acima de 60 (sessenta) anos tem necessidades próprias e, por isso, deve ser alvo de políticas específicas (CAMARANO; MEDEIROS, 2012).

Apesar desta definição dada pelo Estatuto do Idoso, algumas políticas consideram 65 anos como a idade mínima para seu início para que a população seja beneficiada. São exemplos: a legislação previdenciária, que determina que a perda da capacidade laborativa para fins do benefício da aposentadoria urbana por idade ocorre aos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e aos 60 (sessenta) para mulheres; o benefício assistencial por idade avançada, que requer uma idade mínima de 65 anos para a sua concessão, tanto para homens quanto para mulheres; e a Constituição Federal, que assegura o transporte urbano gratuito para os maiores de 65 anos (CAMARANO; MEDEIROS, 2012).

Vale ainda destacar outra questão importante no que tange ao conceito de idoso. Em geral, ele está associado a características biológicas, e o limite etário seria o momento a partir do qual os indivíduos poderiam ser considerados “velhos”, isto é, começariam a apresentar sinais de incapacidade física, cognitiva ou mental, tornando-os, neste aspecto, diferentes dos indivíduos de menor idade. Porém, acredita-se que “idoso” identifica não somente indivíduos em um determinado ponto do ciclo orgânico de vida, mas em um determinado ponto do curso de vida social, pois a classificação “idoso” situa os indivíduos em diversas esferas da vida social, tais como trabalho, família, etc. (CAMARANO; KANSO, 2013).

Como aponta Camarano, para a formulação de políticas públicas, a demarcação de grupos populacionais é extremamente importante. Por meio dela é possível identificar beneficiários para focalizar recursos e conceder direitos, o que requer algum grau de pragmatismo nos conceitos utilizados. Como toda classificação, a de “idoso” simplifica a heterogeneidade desse segmento e, por isso, está sujeita a incluir indivíduos que não necessitam de tais políticas ou a excluir parte daqueles que necessitam. A grande vantagem do critério etário para a definição de público-alvo para as políticas públicas reside na facilidade de sua verificação (CAMARANO, 2013).

Considerando a urgência da reflexão sobre quais as melhores formas de desenvolver políticas que auxiliem as mulheres idosas a lidarem com os fatores do envelhecimento e a sua inserção social e cultural, também serão analisados dados sobre o perfil da idosa brasileira.

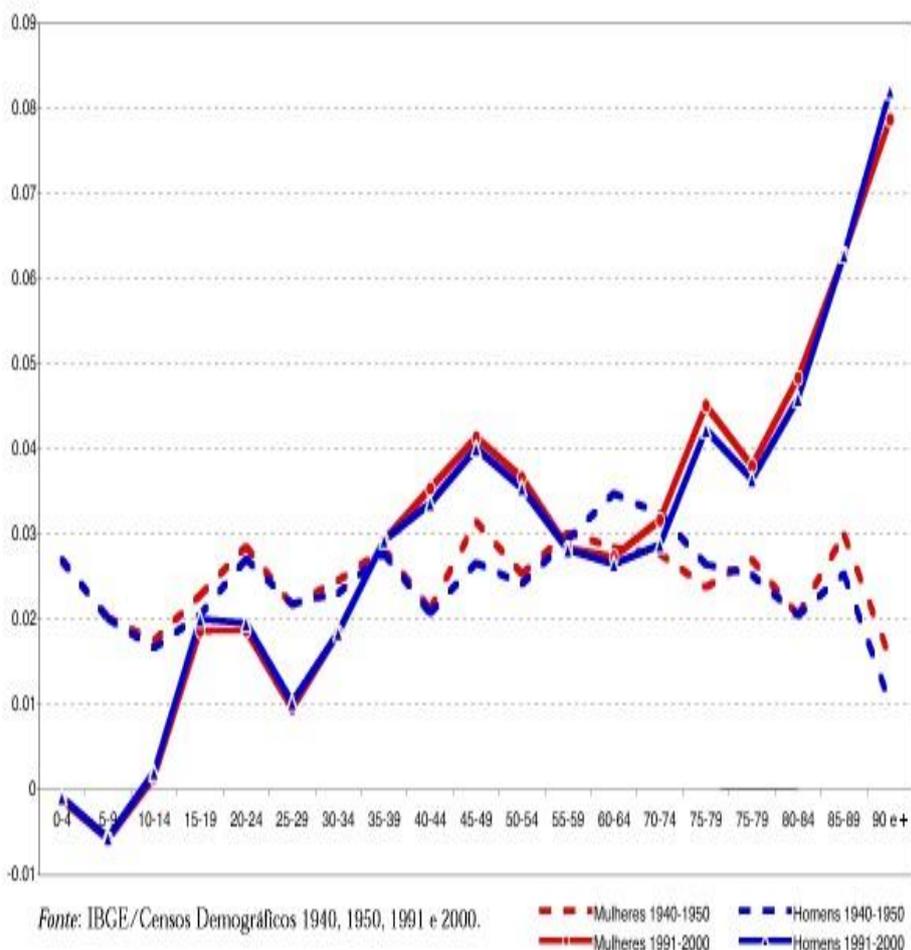
PERFIL DA MULHER IDOSA

Conforme Camarano (2003):

“o contingente feminino de mais de sessenta anos de idade passou de 0,9 milhões em 1940 para oito milhões em 2000, ou seja, quase decuplicou em sessenta anos. Em termos proporcionais, as mulheres idosas respondiam por 2,2% do total da população brasileira em 1940, passando a ser responsáveis por 4,7% em 2000. A proporção comparável para a população masculina em 2000 foi de 3,8%.”

Gráfico 2

Taxas de Crescimento da População Brasileira por Idade e Sexo, Brasil, 1940-1950/1991-2000.

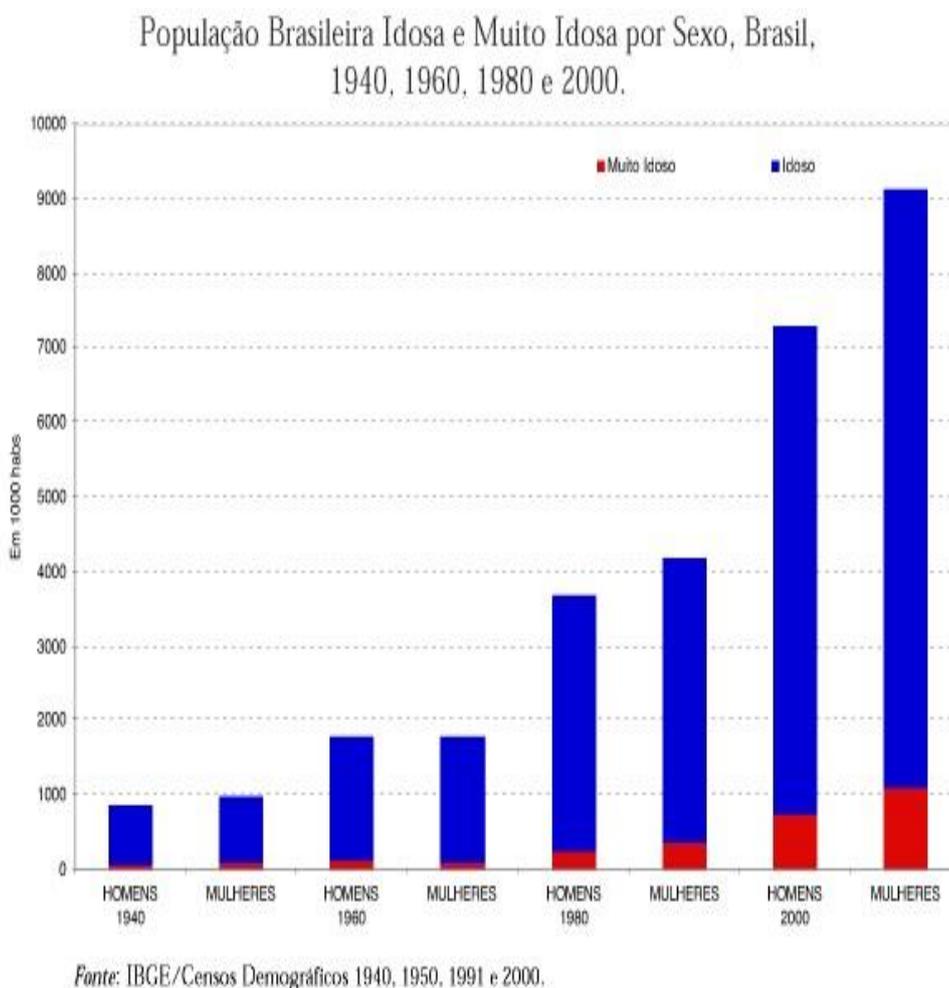


Pelo gráfico um, pode-se observar que o ritmo do segmento idoso vem aumentando, e quanto mais idoso o conjunto, maior se torna a população de mulheres, dando ênfase à feminização. O gráfico dois demonstra que a população acima de 80 anos tem aumentado de

forma significativa, justificando os estudos para a sobrevida que o idoso de hoje ganhou, já sendo contestada a idade de 60 anos como indicativo.

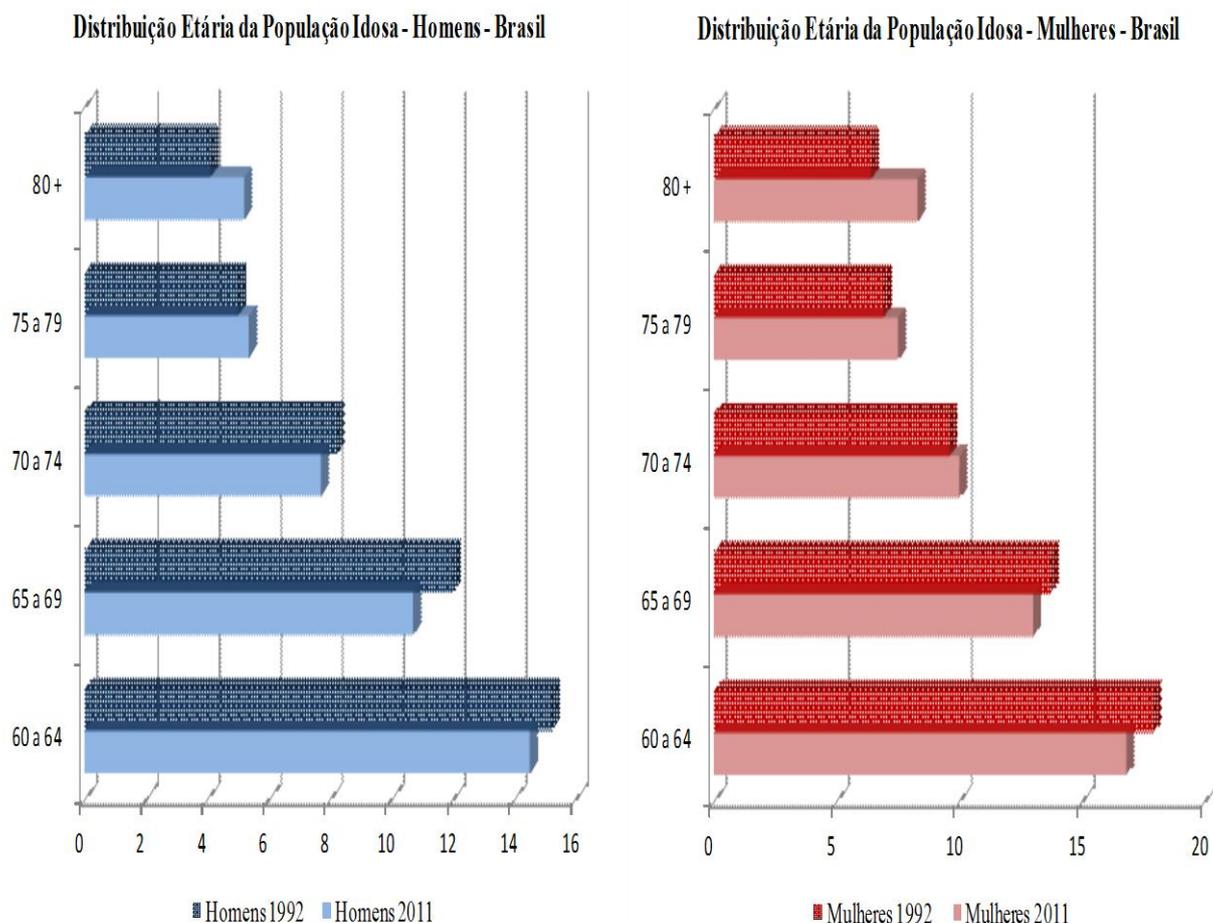
Em todo o mundo se observa um crescimento do envelhecimento da população, também sendo atribuído à soma de dois fatores: a queda da taxa de natalidade e a queda da taxa de mortalidade. Isso elevou a expectativa de vida média da população de 41 anos, em 1950, para 62 anos, em 1990, com projeções de aumento nos próximos anos (Ferreira, 2006).

Gráfico 3



Gráficos 4 e 5

Distribuição da População Idosa por Sexo – Brasil



Fonte: Elaboração própria. Adaptado do Comunicado 157 – Tendências Demográficas Mostradas pela PNAD 2011. IBGE / PNAD – 1992 e 2011 (IPEA, 2012, p. 21).

Os gráficos mostram que principalmente nas idades mais avançadas e entre os idosos mais jovens, predominam as mulheres. Mais uma razão de se afirmar a existência de uma ‘feminização da velhice’. Igualmente, entre 1992 e 2011, observou-se um envelhecimento da população idosa. A proporção do grupo que tinha mais de 70 anos aumentou, ao passo que a do grupo de 60 a 69 anos diminuiu (CAMARANO; KANSO, 2012).

A Tabela 1 mostra a proporção dos idosos por faixa etária e sua participação na atividade econômica, assim como a posse de benefício social e posição na família em 1992 e 2011.

Tabela 1

Proporção de Idosos por sexo segundo categorias – Brasil

	1992			2011		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Idosos	45,1	54,9	100,0	44,1	55,9	100,0
60 a 79 anos	90,4	88,2	89,2	87,4	85,2	86,2
80 anos ou mais	9,6	11,8	10,8	12,6	14,8	13,8
Sem rendimento	3,0	26,8	16,1	3,7	13,4	9,1
PEA pura	23,2	9,6	15,7	16,4	6,7	11,0
PEA aposentada	23,7	4,5	13,1	18,1	5,7	11,2
Aposentado puro	49,2	39,8	44,0	57,2	52,6	54,6
Aposentados	72,8	44,3	57,2	75,3	58,3	65,8
Não estão na PEA e nem aposentados	4,0	46,1	27,1	6,7	33,8	21,9
Chefes ou cônjuges	91,9	83,6	86,1	92,6	87,9	89,3

Fonte: Extraído do estudo “Tendências Demográficas mostradas pela PNAD 2011. Comunicado nº 157”. (CAMARANO; KANSO, 2012, p. 22).

Segundo os dados da Tabela 1, a partir de 2000, as idosas em maior número passaram a viver de forma independente, embora tenha aumentado o número de idosas que se tornam chefes de família, onde ao invés de serem cuidadas se tornam “cuidadoras”, com trocas intergeracionais não satisfatórias.

A tabela revela que um terço dos homens participava das atividades econômicas em 2011, proporção que fora de 46,9% em 1992. Isso se deve à expansão da cobertura da Seguridade Social e ao envelhecimento do segmento; a proporção de beneficiários aumentou no período; 55% da PEA idosa masculina eram constituída por homens já aposentados; a proporção de homens que não trabalhavam, não procurava trabalho e não eram aposentados cresceu 22 no período; passou de 4,0% para 6,7%; a grande maioria dos homens idosos era chefe de família ou cônjuge (CAMARANO; KANSO, 2012).

Tabela 2

Algumas Características das Mulheres Idosas Brasileiras.

	1980	1991	2000
% Mulheres	6,4	7,8	9,3
e0	65,0	70,7	73,2
e60	17,1	17,8	20,7
% Mulheres Chefes de Família	31,6	35,9	42,6
% Mulheres residindo com filhos	22,7	19,1	14,1
% Mulheres residindo com outros parentes	6,5	3,5	4,3
% Vivem sós	11,0	12,2	13,5
% Sem rendimento	42,2	31,3	18,4
% Mulheres pobres ¹	38,1	34,2	16,8
% Mulheres indigentes ²	14,5	12,8	4,1
Participação na Atividade Econômica %	7,0	7,7	8,6
Número Médio de Horas Trabalhadas	39,2	38,1	39,2
Recebimento de Benefício Social %	39,2	63,2	76,6

Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Notas: 1 Vivem em domicílios com renda mensal per capita inferior a 1/2 salário mínimo.

2 Vivem em domicílios com renda mensal per capita inferior a 1/4 salário mínimo.

Na tabela 2, observa-se que do contingente de mais de oito milhões de idosas do censo demográfico analisado, a maior parcela é de mulheres brancas, em 62,1%, sendo as negras constituídas por 6,8% e as pardas 29,2%. Conforme Camarano (2003), as diferenças de mortalidade por raça explicam esse diferencial, considerando que a esperança de vida da população branca foi de 6,4 anos mais elevada do que a de negras, e 5,6 do que a das pardas.

Tabela 3

Algumas características das Mulheres Idosas Brasileiras segundo a Cor
Brasil, 2000.

	Branca	Preta	Parda
% Mulheres	10,4	10,7	7,3
e0 (anos)	78,2	71,8	72,6
% Mulheres Chefes de Família	40,7	50,8	44,7
% Mulheres residindo com filhos	14,9	12,5	12,9
% Mulheres residindo com outros parentes	4,3	5,3	4,1
% Vivem sós	14,7	13,0	11,1
% Sem rendimento	19,4	15,7	17,1
% Mulheres que recebem menos de 1/2 SM	11,0	26,3	26,6
% Mulheres que recebem menos de 1/4 SM	2,4	7,2	6,8
Participação na atividade Econômica (%)	8,1	11,4	8,8
Número Médio de Horas Trabalhadas	39,6	39,0	41,7
Recebimento de Benefício Social (%)	75,7	78,6	77,9
<i>Composição da Renda</i>			
Trabalho Principal	11,5	12,6	10,9
Aposentadoria e/ou Pensão	73,1	82,0	82,1
Outros rendimentos	15,2	5,2	6,8

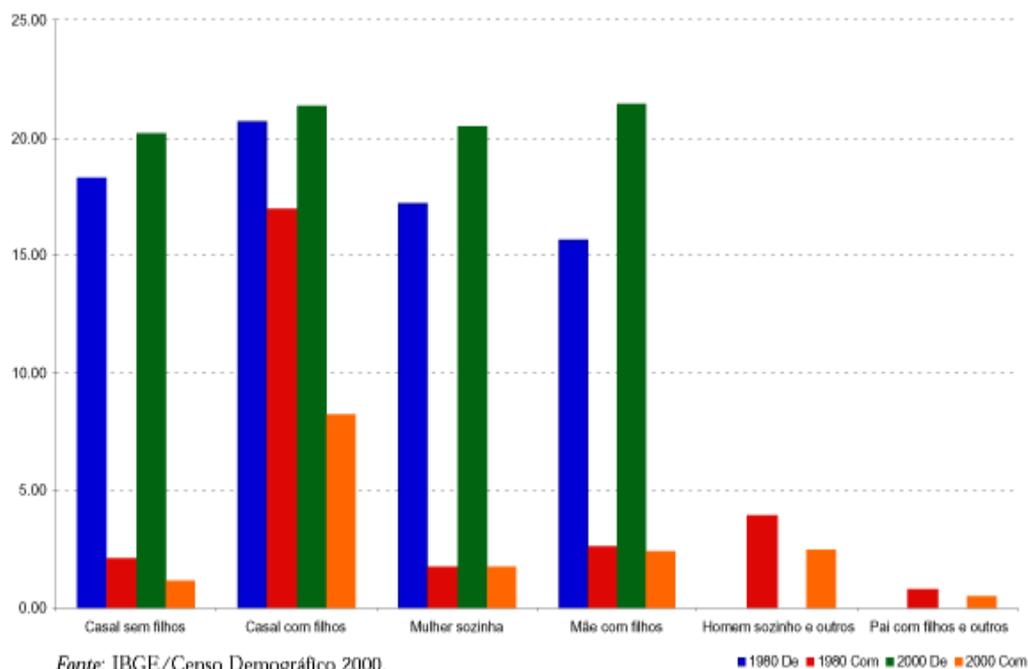
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000.

A questão do estado conjugal também é relevante para o estudo do perfil da mulher idosa, uma vez que conforme Camarano (2003) a viuvez é o estado predominante nessa população, devendo-se à longevidade das mulheres, ressaltando ainda as normas culturais e sociais de nossa sociedade, na qual o homem viúvo geralmente casa-se com mulheres mais novas e o novo casamento geralmente acontece para o homem e não para a mulher.

O tipo de família constituído pelas mulheres é um fator importante quando se está na última fase da vida, pois além da situação conjugal, os arranjos familiares também influenciam, conforme o gráfico seis.

Gráfico 6

Distribuição das Famílias que Contém Idosas pelo Tipo de Arranjo, Brasil, 2000.

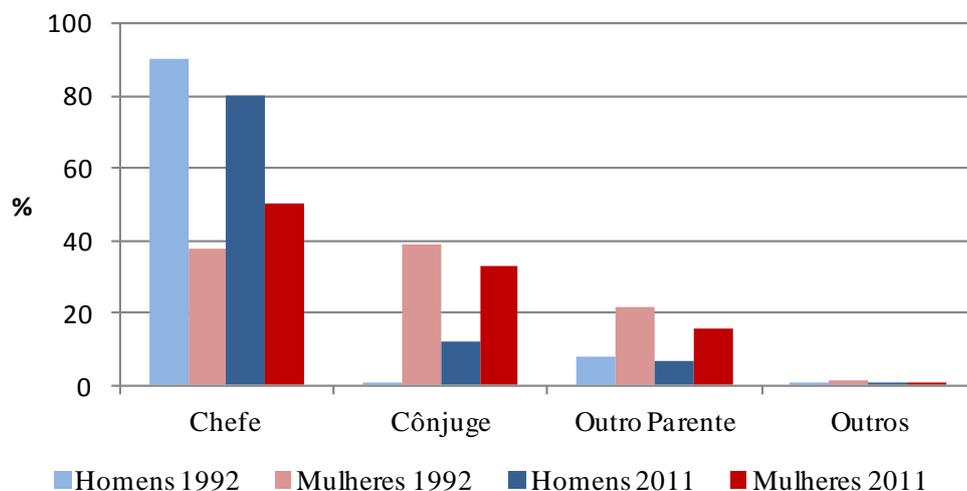


Conforme Camarano (2003), no período analisado, observa-se um crescimento no índice de famílias com idosas, sendo de 14,3% em 1980 e em 2000, chegou a 17%. Também nota-se que ocorreu crescimento nas famílias de idosas.

Sobre a posição do idoso na família, o Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA) aponta ainda mudança decorrente do aumento de sua renda, de sua saúde e autonomia. Houve uma diminuição de sua dependência em relação a seus familiares no período compreendido entre 1992 a 2011, em função do “aumento na proporção de idosos e, principalmente, de mulheres idosas chefes de família ou cônjuges e [d] a redução na proporção de idosos vivendo na casa de filhos, genros, noras, irmãos ou outros parentes” (CAMARANO; KANSO, 2012).

Essa mudança foi mais acentuada entre as mulheres, pois apresentaram, em 1992, a mais elevada proporção de residentes em casa de parentes e a mais baixa proporção de chefes de família.

Gráfico 7 – Proporção de idosos por condição que residem em domicílios pobres.

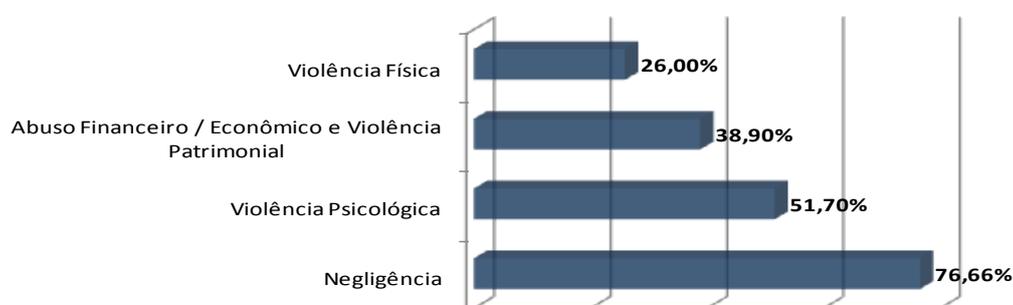


Fonte: Elaboração própria. Adaptado do estudo “Tendências Demográficas mostradas pela PNAD 2011. Comunicado nº 157”. (CAMARANO; KANSO, 2012, p. 26).

Para continuidade da análise do perfil da mulher idosa, torna-se necessário aprofundarmos a questão da violação dos direitos, questão essa que tem preocupado os Conselhos e órgãos de regulação de conduta. Para tanto, serão apresentados aqui dados do Disque 100, canal para atendimento as denúncias.

Note-se que houve um aumento do número de violações no primeiro semestre de 2015 quando comparado ao primeiro semestre do ano anterior. Entre os tipos de violações de direitos dos idosos, observam-se:

Gráfico 8 – Tipos de violação dos direitos do idoso

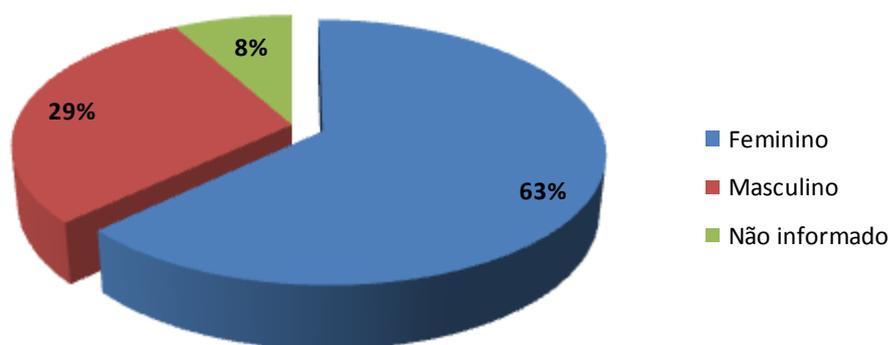


Fonte: Elaboração própria. Adaptado do Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100 (BRASIL, 2015, p. 18).

Das violações dos direitos das pessoas idosas, portanto 76,66% correspondem a casos de negligência; 51,7%, de violência psicológica; 38,9%, de abuso financeiro/ econômico e violência patrimonial; e 26,00%, de violência física.

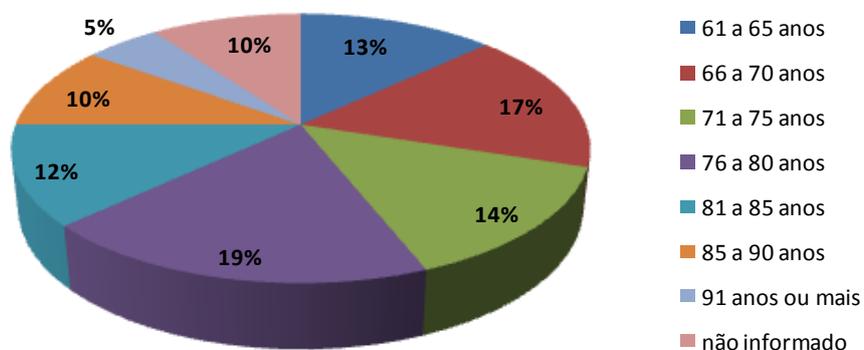
Quanto ao perfil das vítimas idosas, no que tange à questão de gênero e idade, os Gráficos 16 e 17 permitem melhor visualização.

Gráfico 9 - Perfil das vítimas por gênero



Fonte: Elaboração própria. Adaptado do Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100 (BRASIL, 2015, p. 18).

Gráfico 10 - Perfil das vítimas por faixa etária



Fonte: Elaboração própria. Adaptado do Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100 (BRASIL, 2015, p. 18).

O perfil das vítimas por gênero revela que as idosas formam o maior grupo com registro de denúncias, somando 63%, contra os 29% de idosos. Observa-se que as denúncias são bem distribuídas nas diversas faixas de idade, com maior incidência (19%) de 76 a 80 anos e menor incidência de 91 anos ou mais (5%) (BRASIL, 2015).

Todos os gráficos e tabelas mencionados neste estudo puderam demonstrar que os dados confirmam a tendência mundial de crescimento da população idosa, mostram que o Brasil também segue nessa direção e traçam um perfil do idoso no país e sua posição social, o que pode auxiliar significativamente na elaboração de políticas públicas para este segmento.

Enfim, a maioria dos dados coletados mostra que os idosos são majoritariamente compostos por mulheres, característica que deve ser considerada no estabelecimento de critérios para financiamento das políticas voltadas para o idoso, notadamente as que visem ao grupo mais velho de idosos, já que, como constatado, as faixas etárias mais altas têm um número ainda maior de mulheres.

O SESC COMO REFERÊNCIAS PARA CRIAÇÃO DE AÇÕES QUE POSSAM GERAR NOVAS POLÍTICAS EM PARCERIA COM O PRIVADO

De acordo com os dados vistos até o momento, fica claro que a imagem da velhice é mais negativa do que positiva, mas quando o idoso adquire condições de participação em ações que melhoram sua saúde, promovem a sociabilização, possibilitam melhorias no condicionamento físico e dão acesso às novas informações e produção de conhecimentos, também podemos verificar que na perspectiva da população idosa, existem pontos positivos.

Na elaboração dos caminhos para as instituições se apropriarem para melhorar a qualidade de vida das mulheres idosas, há forte preconceito sobre os hábitos e costumes do idoso, não o associando a uma pessoa ativa. Neste último ano, a campanha movida pelo Conselho Nacional do Idoso, traz o tema “O Protagonismo e o Empoderamento do Idoso”, que tem por objetivo buscar em primeiro lugar a conscientização do próprio idoso sobre seu potencial, aumentar sua autoestima e orientá-lo para aumentar sua participação na cidadania por meio do incentivo do estudo da Geriatria e Gerontologia.

Além do trabalho de prevenção à saúde proporcionada pelo Estado em resposta aos problemas da manutenção da Previdência Social, entende-se que podem ser desenvolvidos diversos outros programas sociais, físico-esportivos e culturais que auxiliariam ao idoso melhorar sua autonomia e enfrentar as dificuldades do envelhecimento com maior disposição. A promoção da saúde e qualidade de vida deverá subsidiar a formação de novos sujeitos das

práticas de saúde, para além do Estado.

Pelas experiências colhidas em território brasileiro, foi verificado que é possível melhorar a gestão do que é desenvolvido pelos governos no Estado de São Paulo em nível municipal e estadual, movidos pelos fóruns das Instituições participantes dos Conselhos do Idoso, bem como pelas coordenações específicas para o desenvolvimento das ações para o Idoso nas respectivas secretarias, considerando que ainda não temos a aplicação eficiente do Fundo do Idoso em nível estadual e no municipal, que nem ainda não o regulamentou.

A exemplo de outros municípios que já implementaram o Fundo do Idoso e fazem a captação de recursos provenientes do imposto de renda pessoa física e jurídica, como a cidade de Porto Alegre, fundo pioneiro no Brasil para essa população, que apresenta um sistema de levantamento de projetos junto à sociedade civil e sensibiliza empresas e pessoas físicas para a causa, estabelecendo novos padrões de desenvolvimento do pensamento sobre o envelhecimento ativo e parcerias com o privado.

Neste estudo, será tratado como exemplo de boas práticas no campo das políticas desenvolvidas pelas instituições privadas, o exemplo do Programa para Terceira Idade que o Serviço Social do Comércio desenvolve há mais de 50 anos no Brasil. Para ilustrar a importância das ações desenvolvidas serão apresentados dados da pesquisa elaborada pela fundação Perseu Abramos em conjunto com o SESC, como também de outra pesquisa realizada pelo SESC SP com o Centro Brasileiro de Análise de Planejamento - CEBRAP, instituições que se uniram em torno de um objetivo comum: não somente traçar o perfil sociodemográfico e descrever alguns aspectos da condição de vida dos idosos, mas para compartilhar informações que possam auxiliar os diversos programas para essa população.

Por meio dos dados verificados, serão apresentados os trabalhos que compõem o Programa, dimensionados com base na experiência acumulada e nos diagnósticos obtidos nas pesquisas.

Teixeira (2001) enfatiza que a revolução das comunicações favorece a conexão de grupos que compartilhem ideais, pratiquem modos de vida comuns e busquem soluções para problemas singulares. As pessoas idosas desejam e podem permanecer ativas e independentes por tanto tempo quanto for possível, se o devido apoio lhes for proporcionado. Os idosos estão potencialmente sob-risco não apenas porque envelheceram, mas em virtude do processo de envelhecimento torná-los mais vulneráveis à incapacidade, em grande medida, decorrente de condições adversas do meio físico, social, ou de questões afetivas. Portanto, o apoio adequado é necessário tanto para os idosos quanto para os que deles cuidam.

O SESC - Serviço Social do Comércio² foi criado pelo empresariado do comércio e serviços em 1946, com a intenção de introduzir novos modelos de ação cultural e sublinhou, na década de 1980, a educação como pressuposto para a transformação social. Oferece atividades de turismo social, programas de saúde e de educação ambiental, programas especiais para crianças e terceira idade, além dos pioneiros Mesa Brasil SESC São Paulo, de combate à fome e ao desperdício de alimentos, e Internet Livre, de inclusão digital. O SESC desenvolve, assim, uma ação de educação informal e permanente com intuito de valorizar as pessoas ao estimular a autonomia pessoal, a interação e o contato com expressões e modos diversos de pensar, agir e sentir.

É uma instituição que atua em todo o Brasil, sendo que abordaremos as práticas aplicadas ao estado de São Paulo. O número de matriculados acima de 60 anos hoje no Estado está em torno de 270.000 pessoas (entre matriculados e dependentes de matriculados). O SESC São Paulo implantou o programa SESC Gerações complementando o trabalho realizado com idosos, cujo objetivo é o fomento de processos de trocas afetivas e de coeducação, estimulando as trocas nas famílias e em programas com faixas etárias diferentes.

O Programa TSI do SESC³, ao longo de seus quase 50 anos, tem acompanhado as mudanças históricas e sociais do país, ampliando as reflexões sobre o processo de envelhecimento e incentivando o protagonismo social e político do idoso. Neste sentido, empenha-se na reformulação de conceitos e propõe discussões para sensibilizar a sociedade na valorização do cidadão idoso.

O programa está centrado nos princípios da educação permanente, atividades de saúde, lazer, educação, cultura e cidadania, que contribuem para o bem-estar e, principalmente, estimulam a autonomia. As diretrizes para o desenvolvimento dessas ações são traçadas pela GETI – Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade – que tem, ainda, entre suas atribuições o estudo e a divulgação de pesquisas na área da gerontologia social – por meio de publicações, como o periódico Mais 60: estudos sobre envelhecimento, no planejamento e realização de encontros para profissionais na área da gerontologia.

Dessa forma, destacaremos dados que foram apresentados pelas pesquisas com a Fundação Perseu Abramo e o Centro Brasileiro de Análise de Planejamento, em parceria com SESC, para melhor conhecimento das expectativas e percepções do público idoso que frequenta as suas Unidades.

² Portal do SESC SP, www.sescsp.org.br, acessado em 25 de novembro de 2015.

³ Portal do SESC SP, www.sescsp.org.br, acessado em 25 de novembro de 2015.

Serão apresentados três eixos importantes para a ação da Instituição, que respondem a algumas percepções vistas no perfil do idoso traçado inicialmente, como a necessidade de melhoria da autoestima, conhecimento sobre saúde, o desejo da sociabilização, a necessidade de acesso à informação e à internet, maior participação em ações de lazer e cultura.

Gráfico 11

Tempo médio dedicado a atividades, durante a semana e fim de semana, por sexo
[em média de horas]

Quantas horas dedicou a:	Dias de semana			Fim de semana		
	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
Atividades domésticas (limpar, arrumar a casa, cozinhar etc)	14h19	10h18	16h44	6h28	7h22	5h55
Cuidar de parentes (netos, cônjuges, etc)	19h17	18h20	19h56	10h53	10h32	11h10
Trabalho remunerado	28h32	31h37	24h46	9h11	9h21	9h01
Lazer	14h12	16h07	12h53	8h39	9h06	8h19

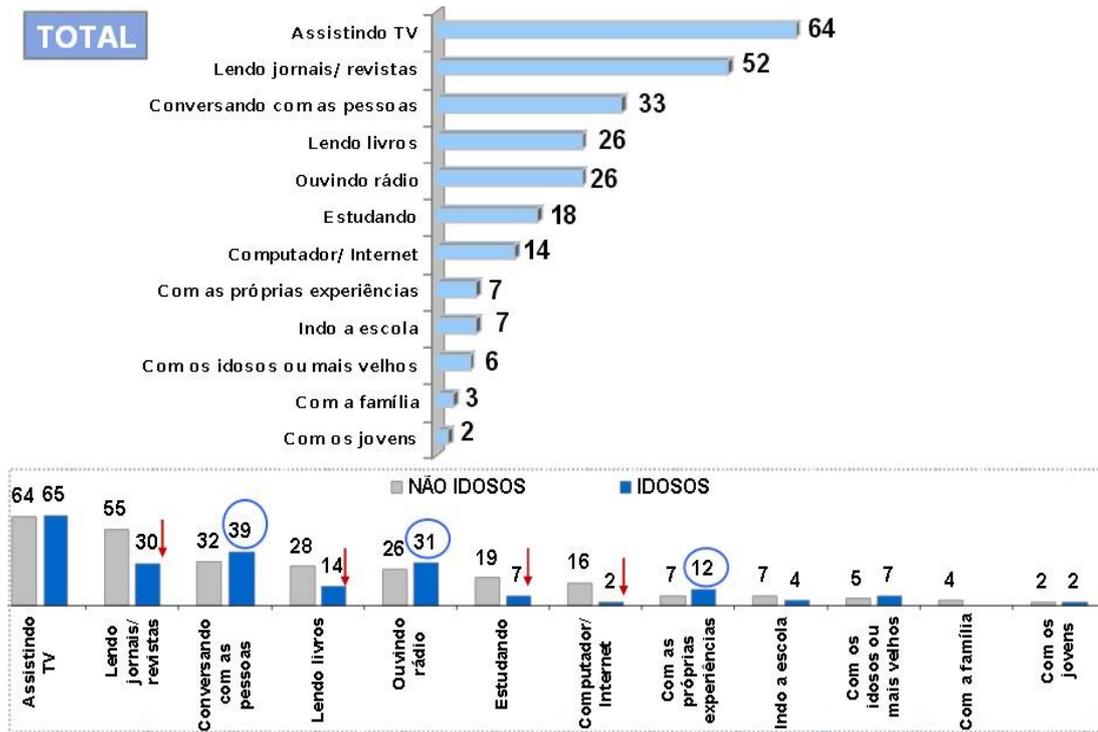
Base: Total da amostra

P24a. Entre 2ª a 6ª feira da semana passada, mais ou menos quantas horas o/a sr./a dedicou a:
P24b. E no fim de semana passado, mais ou menos quantas horas o/a sr./a dedicou a:

Fonte: Pesquisa do Centro Brasileiro de Análise de Planejamento - CEBRAP em parceria com SESC, maio de 2015.

Conforme a tabela 11 percebe-se que, em especial, as idosas ainda são muito solicitadas para a função de “cuidadora”, considerando que essa pesquisa é mais recente do que o dado anterior visto no perfil do idoso. O tempo restante é gasto em maioria com as tarefas domésticas.

Gráfico 12

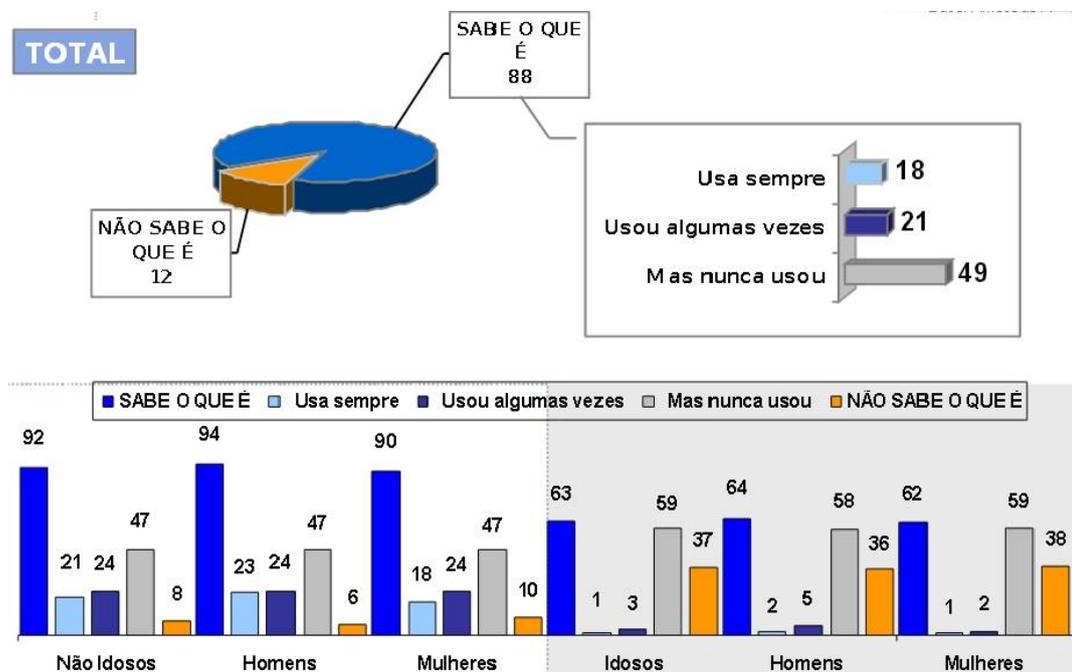


P31. De um modo geral, como o/a sr/a. acha que aprende ou se informa mais? Por quais outros meios o/a sr/a. costuma se informar?

Fonte: Pesquisa Perseu Abramo e SESC. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade. 2006

A partir da percepção de que o acesso à informação e, portanto, a criação de repertório de conhecimentos, não chega a todos e diminui à medida que se atinge a posição do idoso, o SESC desenvolve diversas ações, em programas que visam dar maior acesso às bibliotecas e empréstimo gratuito de livros, participação em clubes de leitura e cursos de alfabetização digital (gráfico 13), entendendo que esse aprendizado abrirá outras formas de ver o mundo e instrumentalizar-se para canalizar suas demandas como idoso.

Gráfico 13



35. E em relação à Internet, o/a sr/a.:

Fonte: Pesquisa Perseu Abramo e SESC. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade. 2006

O uso da internet tem auxiliado os idosos a conectarem-se, não somente entre eles, o que já é um avanço significativo, mas tem facilitado em especial a comunicação com os familiares e os aproximado dos netos e filhos, diminuindo a sensação de não inclusão no chamado “mundo de hoje”. Essa aproximação com a internet tem estimulado os idosos a terem o seu computador em casa, aumentando assim, o uso diário.

Tabela 4

Tempo dedicado a lazer, na semana e fim de semana

Por Sexo

[em %]

Quantas horas o(a) sr(a) teve de lazer

Dias de semana				Fim de semana			
	Total	Masc.	Fem.		Total	Masc.	Fem.
Peso	100%	41%	59%	Peso	100%	41%	59%
De 1 a 2 horas	4	4	5	De 1 a 2 horas	9	9	9
De 3 a 4 horas	11	9	13	De 3 a 4 horas	17	19	16
De 5 a 6 horas	12	12	13	De 5 a 6 horas	16	15	17
De 7 a 8 horas	6	5	7	De 7 a 8 horas	11	12	10
De 9 a 10 horas	16	17	15	De 9 a 10 horas	11	11	11
De 11 a 15 horas	12	11	12	De 11 a 15 horas	7	8	7
De 16 a 20 horas	10	11	9	De 16 a 20 horas	7	8	6
De 21 a 30 horas	8	8	8	De 21 a 34 horas	4	5	3
De 31 a 40 horas	4	5	3	Não fez/ não tem	13	9	16
De 40 a 85 horas	3	5	2	Não sabe	4	3	4
Não fez/ não tem	11	11	10				
Não sabe	3	4	3				
Média	14h12	16h07	12h53	Média	8h39	9h06	8h19
Mediana	10	10	10	Mediana	6	8	6

Base: Total da amostra

P24a. Entre a 1ª e 6ª feira da semana passada, mais ou menos quantas horas o/a sr./a dedicou a:
 P24b. E no fim de semana passado, mais ou menos quantas horas o/a sr./a dedicou a:

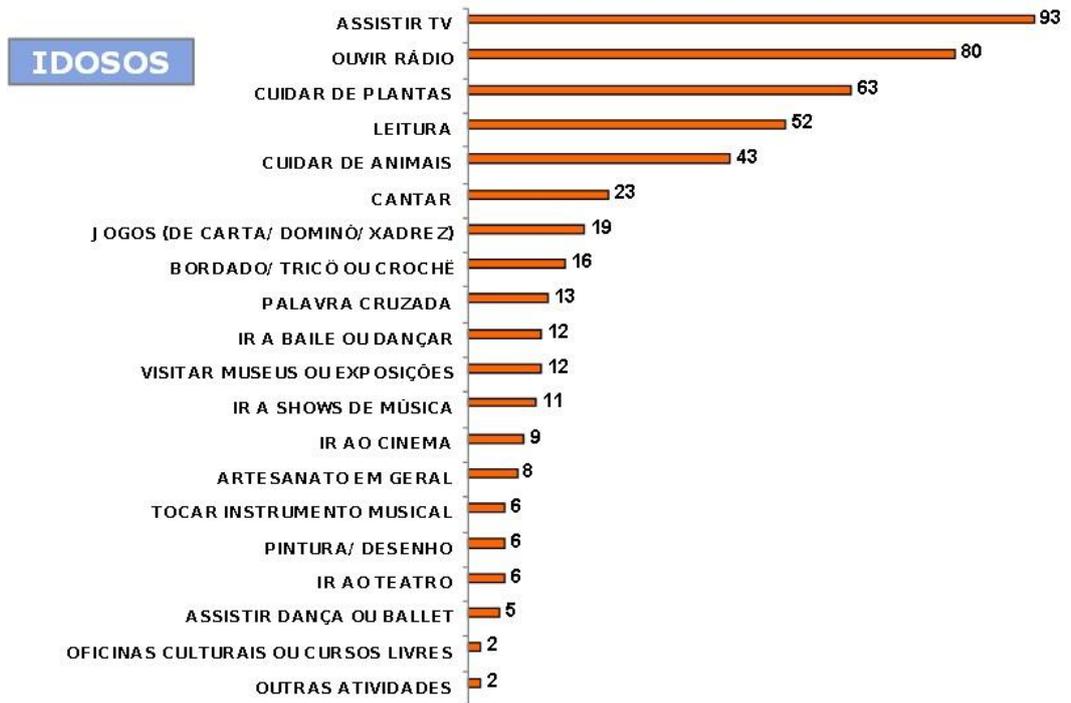
Fonte: Pesquisa realizada pelo CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise de Planejamento e o SESC SP, em maio de 2015.

Ao analisarmos a tabela 4 e os gráficos 14 e 15, avalia-se que o tempo que as mulheres idosas dedicam ao lazer é pequeno, sendo que a maioria dos idosos registraram como atividades de lazer, atividades realizadas dentro de casa, com baixa convivência em grupo. Com base nestes dados, a Instituição estimula ações em grupo, como encontros em oficinas artesanais, cursos sobre os assuntos que mais interessam aos idosos, viagens para locais diferenciados, distantes do turismo comercial, e as chamadas atividades culturais.

Neste ponto, deve-se chamar a atenção para que a sociedade brasileira está imersa, a chamada *cultura de massa* e a necessidade de ajustar essa realidade do envelhecimento na era tecnológica. Conforme Villalba (2013):

“A questão do envelhecimento é transversal, devendo estar presente em todas as ações, planejamentos e políticas públicas. A compreensão desse fato, aliada ao reconhecimento de que a cultura representa bem mais que a possibilidade de consumo cultural, apresenta-se como um instrumento poderoso de conhecimento, trabalho, geração de renda, de inclusão social e de Paz.”

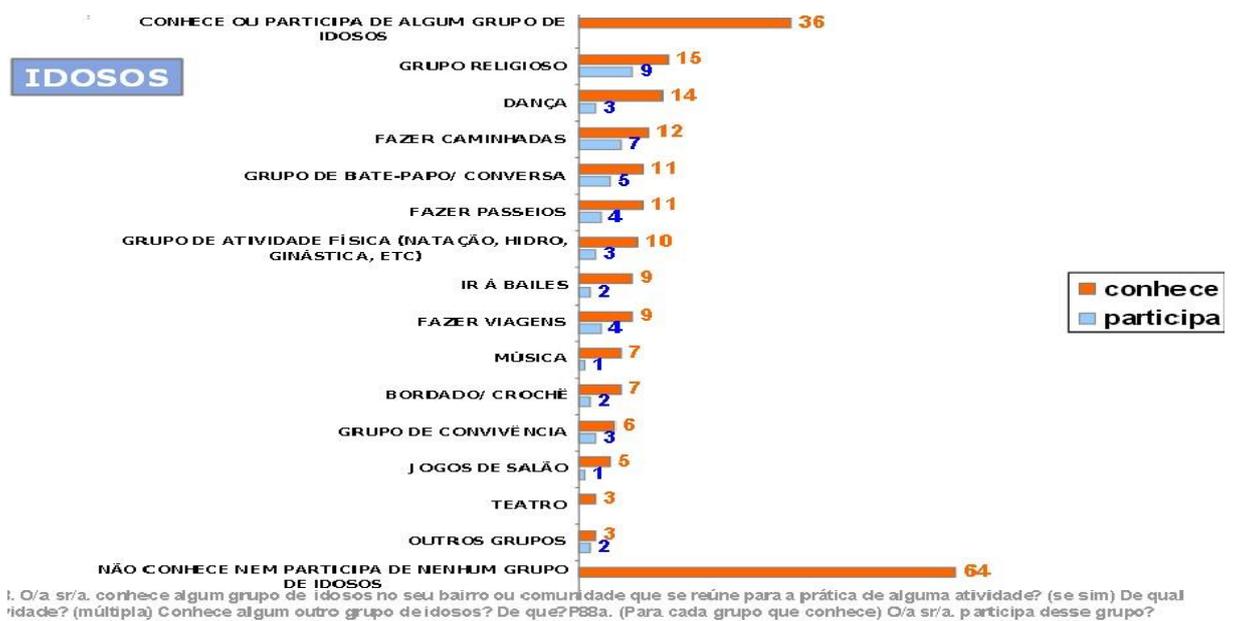
Gráfico 14



P87a. Vou falar outras atividades e gostaria de saber quais o/a sr/a. pratica. (ler cada uma das alternativas)

Fonte: Pesquisa Perseu Abramo e SESC. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade. 2006

Gráfico 15

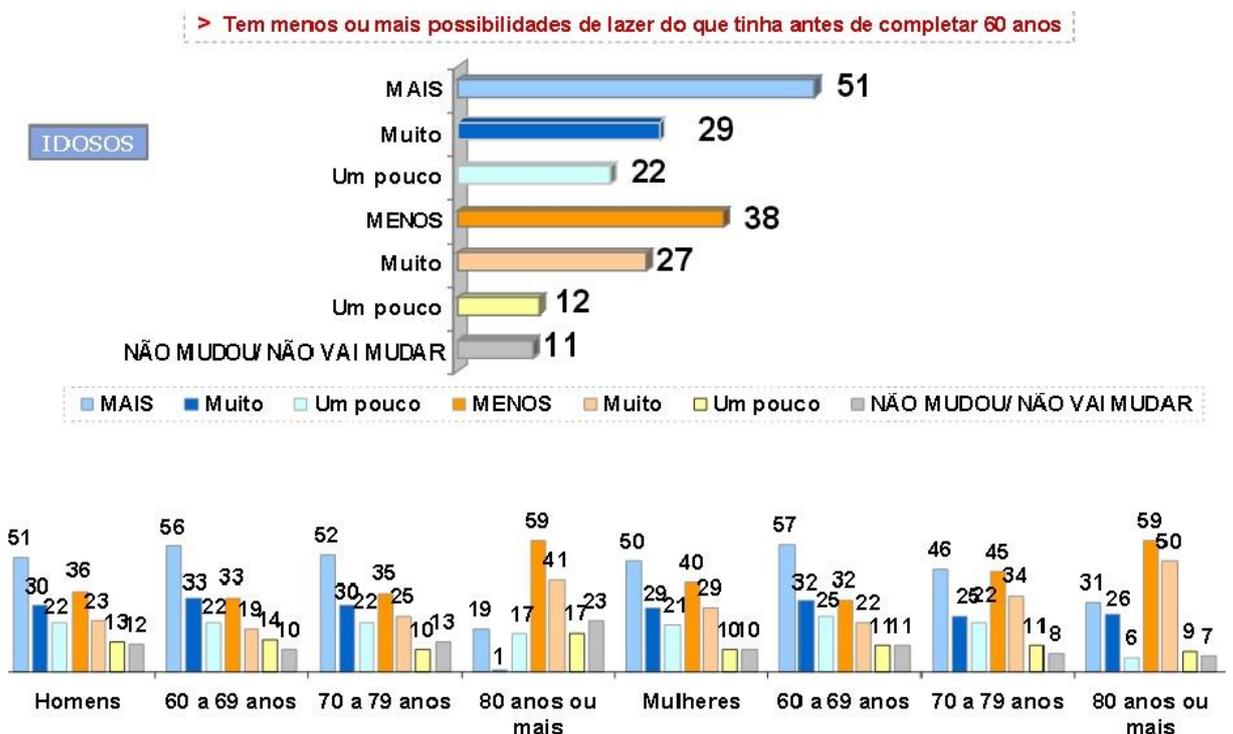


Fonte: Pesquisa Perseu Abramo e SESC. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade. 2006

Pelo gráfico 16, verifica-se que as mulheres idosas afirmam ter mais dificuldade de participar de atividades de lazer à medida que envelhece mais, mas aqui pode se concluir que seja em razão da dificuldade para sair de casa, questões de saúde ou falta de dinheiro.

Neste sentido, o SESC tem proposto ações nas quais a família participa como um todo, adequando horários diurnos para a realização das atividades culturais e ações gratuitas, obtendo resultados importantes, conforme o gráfico 17.

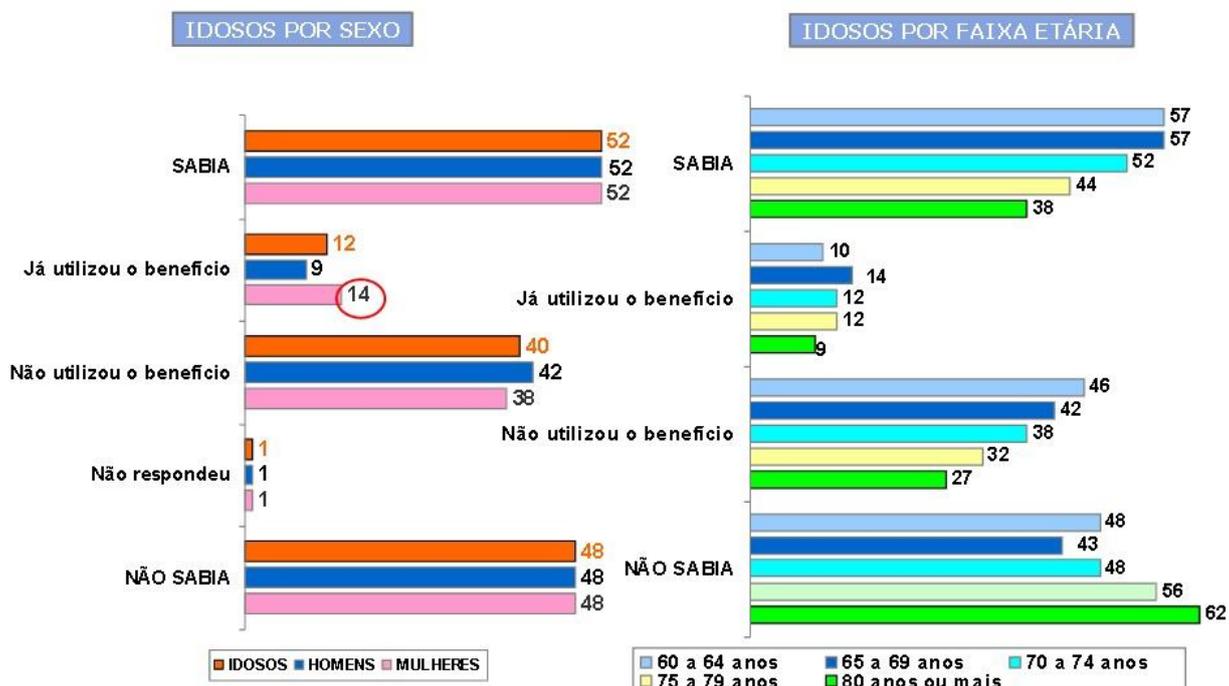
Gráfico 16



93. O/a sr/a. diria que hoje o/a sr/a. tem menos ou mais possibilidades de lazer do que tinha antes de completar 60 anos? Muito ou um pouco.../menos/ mais...?

Fonte: Pesquisa Perseu Abramo e SESC. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade. 2006

Gráfico 17



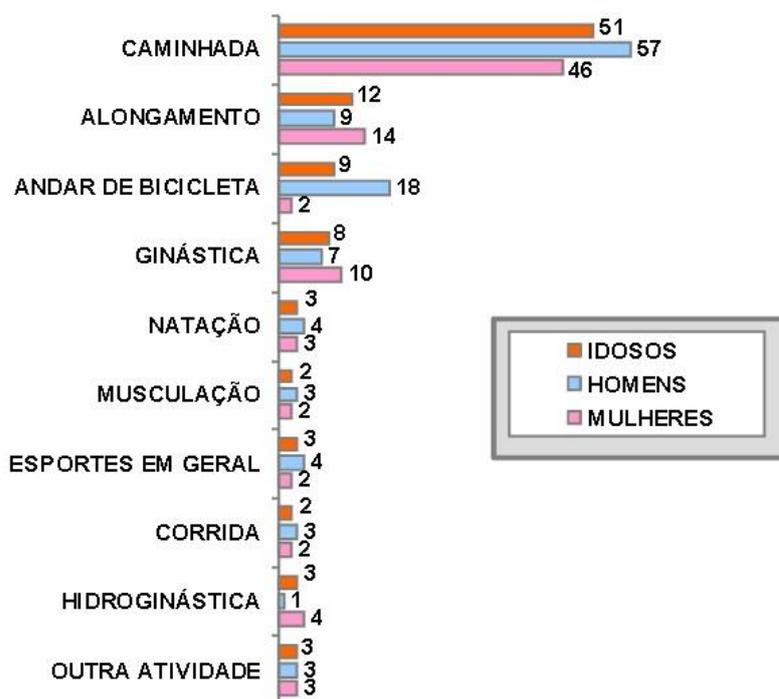
P94. O/a sr/a. sabia que pessoas com mais de 60 anos têm 50% de desconto em teatros, cinemas e espetáculos musicais? (se sim) O/a sr/a. já utilizou esse benefício?

Fonte: Pesquisa Perseu Abramo e SESC. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade. 2006

Como outro agente disparador para sanar a percepção do corpo, o trabalho de atividades físicas para o idoso foi iniciado em 1974 pelo SESC SP, tendo sido apontado como referência de lá para cá, onde são abordadas diversas formas de ginástica e esportes adaptados. A prática da caminhada autônoma ainda é uma das atividades mais realizadas, porém acaba sendo deixada de lado à medida que se envelhece mais, pelas adversidades de usar as ruas ou parques, nem sempre próximos da casa.

A importância da atividade física orientada tem sido fruto de diversos estudos em termos de melhoria na saúde, além de dispositivo para diminuição da imagem ruim que o próprio idoso tem de si. A busca pela melhor disposição nas tarefas diárias é obtida, possibilitando a autonomia e a percepção de que pode contribuir com a família.

Gráfico 18



P86a. Vou falar algumas atividades físicas e gostaria de saber quais o/a sr/a. pratica.

Fonte: Pesquisa Perseu Abramo e SESC. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade. 2006

Para finalização dessa reflexão, foi verificado ainda o quadro sobre os desejos dos idosos para o futuro. As mulheres idosas apontaram, entre todos os itens, que querem ter mais felicidade em suas famílias, precisam ter mais saúde e desejam mais ações como lazer.

Viajar e passear foram os desejos mais votados. Neste sentido, o SESC foi atento e tem hoje um programa de viagens acessíveis em termos financeiros, viagens curtas e que duram somente um dia, que possibilitem a fuga do cotidiano, mas com diferenciais que tragam conhecimentos novos, roteiros não comerciais.

Tabela 5

Pergunta; se pudesse decidir livremente sem se preocupar com qualquer problema, o que o/sr/a. gostaria de fazer nos próximos anos?

	TOTAL	NÃO IDOSOS	HOMEN	MULHER	IDOSOS	HOMEN	MULHER
Peso	100%	88%	42%	46%	12%	5%	7%
ASPECTOS PESSOAIS	36	37	33	40	35	32	37
EDUCAÇÃO	15	17	13	20	1	1	1
Estudar	13	15	12	18	1	1	1
Investir na educação dos filhos	2	2	1	2	*	-	*
CRIAR UMA FAMÍLIA	5	5	5	5	8	5	9
TER MAIS FELICIDADE/ VIVER BEM	4	4	4	3	8	9	8
AJUDAR OUTRAS PESSOAS	4	4	3	5	4	1	6
SAÚDE (Ter mais saúde)	2	1	1	1	8	9	8
LAZER (Ter lazer (dançar/ curtir a vida/ conversar com amigos))	2	2	2	1	2	4	1
DESCANSAR	1	1	1	1	2	3	2
TRABALHO/ EMPREGO	23	24	26	22	11	16	7
Ter um emprego/ trabalhar	14	15	15	15	8	14	4
Ter um negócio próprio/ trabalhar por conta própria	6	7	8	5	2	1	2
Realizar-me profissionalmente	2	3	3	2	*	1	*
PASSEAR/ VIAJAR	21	20	19	20	26	20	32
Viajar (para rever familiares/ amigos/ de avião/ para outros países/ pelo Brasil)	19	19	18	19	23	18	26
Passear/ viajar/ viajar para rever familiares/ amigos/ viajar de avião	2	2	2	2	7	3	9
HABITAÇÃO	18	18	19	17	18	20	17
Ter a casa própria/ sítio/ fazenda/ casa de praia	15	15	17	14	11	12	10
Terminar/ reformar minha casa	2	2	2	2	5	5	5
GANHAR/ TER DINHEIRO	3	3	4	3	3	5	2
Ganhar/ ganhar muito dinheiro	2	2	3	2	2	3	1
APOSENTADORIA	2	2	3	1	3	2	3
Me aposentar/ ter uma aposentadoria	2	2	3	1	3	2	3
ADQUIRIR BENS	2	2	3	1	1	1	*
NADA/ NÃO TENHO DESEJOS	2	2	2	2	6	6	6

Fonte: Pesquisa Perseu Abramo e SESC. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade. 2006

Já o desejo da felicidade e de viver bem, como já dissemos, tem que ter auxílio de diversas instituições e do próprio idoso. A família tem um papel muito importante nesse trajeto. As iniciativas apontadas pelas ações que o SESC desenvolve são práticas que podem ser desdobradas junto a parcerias com os níveis de governo, expandindo as experiências e diagnósticos feitos até o momento, mas também sendo um polo ativador das políticas, considerando a descentralização física das Unidades na cidade de São Paulo e no Estado.

Conclusão

Em relação aos serviços que atendem às mulheres idosas são necessárias políticas que sejam elaboradas levando-se em conta as diferenças no envelhecimento e seus contextos, possibilitando a sua autonomia e a não violação de seus direitos.

A implementação de políticas públicas com esse foco na esfera pública e privada tem se tornado um desafio constante. No caso do SESC SP, a capacitação dada aos funcionários faz a diferença, por meio de treinamentos constantes e manutenção dos programas em longo prazo. Essas duas questões são deficitárias na esfera pública.

Quem seriam estes idosos beneficiários destas políticas públicas? Podem ser elaboradas políticas em parcerias público-privadas? É possível direcionar políticas para as mulheres idosas, considerando o maior número existente? Quais são suas demandas? Quais as dificuldades? As instituições privadas podem capacitar os funcionários públicos, compartilhando os aprendizados?

Este estudo tem o objetivo de demonstrar as possibilidades de atuação já em curso que fazem o atendimento a uma parcela da população idosa, mas demonstrar também que as soluções não são complicadas, mas exigem dedicação, estudos e conhecimento sobre as demandas, além da vontade política para inserir na agenda o idoso.

Demandas essas, que identificadas, podem gerar novas políticas públicas, com a participação da sociedade civil e do idoso, o principal interessado.

Bibliografia

Camarano, Ana Amélia. Artigo Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? Scielo. Estudos Avançados/ On-line version. Vol. 17, n° 49. São Paulo. Sept/dec. 2003

Maria, Teresinha e Silva, Nelli. Artigo: A desigualdade de Gênero na terceira Idade. Revista A Terceira Idade. São Paulo, v.17, n° 36,p. 32-38. Junho. 2006.

Martins, Cláudia R. M., Camargo, Brigido Vizeu, Biasus, Felipe. Artigo: Representações Sociais do Idoso e da Velhice de Diferentes Faixas Etárias. Revista Universitas Psychologica. v. 8, n° 3, Sep-Dec. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2007). Síntese de indicadores sociais- Uma análise das condições de vida da população brasileira.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2007/indic_sociais2007.pdf

Beltrão, K. I. & Camarano, A. A. (1997). Características sócio-demográficas da população idosa brasileira. Estudos Feministas, 5, 106-119.

Silvestre, J. A., Kalache, A., Ramos, L. R. & Veras, R. P. (1996). O envelhecimento populacional brasileiro e o setor saúde. Arquivos de Geriatria e Gerontologia, setembro, 0(1), 81-89, Ed. Científica Nacional.

Lopes Siqueira, R., Botelho, M. I. V. & Coelho, F. M. G. (2002). A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. Ciência & Saúde Coletiva, 7, 899-906.

Brasil, Ministério da Saúde. (1999). Política Nacional de Saúde do Idoso (Portaria n.º 1.395/GM em 10 de dezembro de 1999). Brasília: Autor.

Neri, A. L. & Cachioni, M. (1999). Velhice bem sucedida e educação In A. L. Neri & G. G. Debert (Eds.), Velhice e sociedade (pp. 113-140). São Paulo: Papirus.

Baltes, P. B. (1995). Prefácio. En A. L. Neri (Ed.), *Psicologia do envelhecimento* (pp. 9-12).Campinas: Papirus.

Salgado, Carmen Delia Sánchez. Artigo: Mulher Idosa: a feminização da velhice. *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*. Porto Alegre, v4, p.7-19, 2002.

Pinquart, M; Sorensen, S. Gender Differences in Self-Concept and Psychologic Well-Being in Old Age: a meta-analysis. *Journal of Gerontology Psychological Sciences*, Waltham, v. 56B, n. 4, p. 195-213, 2001.

Peixoto, Letícia; Osterne, Socorro. Mulher e trabalho: desafios à assistência social para a inclusão produtiva. In: Albuquerque, Cynthia S., Alves, Elaene. (org.) *Assistência Social em Fortaleza: uma política de direito em construção*. Fortaleza, Secretaria Municipal de Assistência Social, Prefeitura Municipal de fortaleza, EDUECE, 2012.

Teixeira, C. O futuro da prevenção. Instituto de Saúde Coletiva-Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2001.

Camarano AA (Org.) *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. . Ipea, Rio de Janeiro. 1999.

ONU (Organização das Nações Unidas). *Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento*

. Assembleia Mundial Sobre el Envejecimiento 2. Madri . 2002

Pesquisa Perseu Abramo e SESC. *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª Idade*. 2006 - <http://www.fpabramo.org.br/pesquisasfpa/> . Acessado em 25 de novembro de 2015.

Pesquisa realizada pelo CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise de Planejamento e o SESC SP, em maio de 2015. Material cedido pelo SESC SP, em termos de consulta, mas ainda não foi divulgado.

Muller, Neusa P., Parada, Adriana (Org). Dez Anos Do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Artigo: A inclusão Cultural da Pessoa Idosa. Villalba, Ana Maria A. B. Brasil, 2013 – 2ª edição.